

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA –UNIPAMPA  
SERVIÇO SOCIAL - BACHARELADO

MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA PEREIRA

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS DE  
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NO ENFRENTAMENTO AO  
RACISMO**

SÃO BORJA- RS 2025

**MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA PEREIRA**

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS DE ENSINO  
FUNDAMENTAL E MÉDIO NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dra. Elisângela Maia Pessôa

SÃO BORJA  
2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados  
fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais)

P436t Pereira , Márcia Cristina de Souza

O trabalho do/a assistente social nas escolas de ensino  
fundamental e médio no enfrentamento ao racismo / Márcia  
Cristina de Souza Pereira .

28 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, SERVIÇO SOCIAL, 2025.

"Orientação: Elisângela Maia Pessôa".

1. Racismo . 2. Serviço Social . 3. Educação . I. Título.

**MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA PEREIRA**

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção de Bacharela em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado: 07 de julho de 2025.

Banca examinadora:

---

Prof. Dra. Elisângela Maia Pessôa  
Orientadora  
Universidade Federal do Pampa

---

Prof. Dra. Rosilaine Coradini Guilherme  
Universidade Federal do Pampa

---

Prof. Dra. Jaina R. Pedersen  
Universidade Federal do Pampa



Assinado eletronicamente por **ROSILAINE CORADINI GUILHERME, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/07/2025, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ELISANGELA MAIA PESSOA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/07/2025, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JAINA RAQUELI PEDERSEN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/07/2025, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1770717** e o código CRC **10861232**

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso é fruto de uma trajetória repleta de desafios, aprendizados e apoio de muitas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste momento. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me conceder força, saúde e sabedoria para seguir firme durante toda essa caminhada. E agradeço ao meu pai Lázaro, mesmo não estando mais entre nós, pelo amor e força para realizar todos os meus sonhos, e a minha mãe Maria por estar comigo sempre nos momentos mais difíceis da minha vida, sempre me apoiando e incentivando com suas palavras de afeto. Agradeço ao meu marido, amigo e colega de Universidade Adalberto da Silva Pereira, por ter me apoiando quando resolvi voltar a estudar após os 50 anos de idade e por me apoiar nos momentos difíceis da graduação, quando às vezes eu pensava em desistir. Também gostaria de agradecer minha amiga, minha filha do coração, e colega do curso a Assistente Social Shayene Jordão Matias, o meu muito obrigado e que Deus te abençoe por tudo. Um agradecimento especial à minha orientadora, a prof<sup>a</sup> Dra. Elisângela Maia Pessôa, pela dedicação, paciência, orientações valiosas e por acreditar no meu potencial, mesmo diante das inseguranças. A todos os(as) professores(as) do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, que contribuíram com seus ensinamentos e que, de alguma forma, deixaram sua marca no meu processo de formação.

Muito obrigada!

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar (Mandela, 2013, s.p).

## O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Márcia Cristina de Souza Pereira<sup>1</sup>

Elisângela Maia Pessoa<sup>2</sup>

Resumo: O racismo constituiu herança demarcada pela colonização e escravidão brasileira, perpetuando a ideia de que existem raças inferiores ou superiores, em movimento de separação entre pessoas brancas e negras. Discutir racismo dentro das escolas é relevante, para os processos de trabalho do/a assistente social inseridos/as na política de educação, pois, os dados da desigualdade racial que ainda existem no Brasil são significativos. Desse modo, a pesquisa apresentada teve como objetivo: analisar artigos científicos da área do Serviço Social que apresentam o trabalho do/a assistente social nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil no enfrentamento ao racismo, com vistas a dar visibilidade às possibilidades de resistência. Em termos metodológicos, a pesquisa caracterizou-se como bibliográfica com abordagem qualitativa. Utilizou-se do método dialético crítico, na perspectiva de apresentar uma interpretação crítica da realidade concreta. Para análise dos dados utilizou-se análise de conteúdo. Levantou-se produções bibliográficas da área do Serviço Social publicadas nos últimos dez anos, sendo a amostra constituída por artigos publicados em periódicos ou eventos. Os resultados apontam a ocorrência de situações racistas nas escolas constituídas por maus-tratos, agressões e exclusão dos/as alunos/as negros/as. Os artigos apontam que as ações dos/as assistentes sociais têm girado em torno de projetos, oficinas, programas e debates para efetivação da Lei 10.639/2003 – que dispõe o estudo da história da África e dos/as africanos, a luta dos/as negros/as no Brasil, a cultura negra brasileira e o/a negro/a na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil –. Quanto à relação do/a profissional com a comunidade escolar embora existente, ainda se expressa de forma incipiente. Existe necessidade de maior aproximação dos/as assistentes sociais com demais profissionais da escola, alunos/as e família. Conclui-se que tanto os/as profissionais quanto a escola precisam ampliar as perspectivas de acolhimento e totalizações que extrapolem os “muros” da escola.

Palavras-chaves: Racismo; Serviço Social; Educação.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja-RS. Bolsista voluntária do programa de pesquisa e extensão LongeViver. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Opressão/Exploração. E-mail: [maciacsouzagaia@gmail.com](mailto:maciacsouzagaia@gmail.com)

<sup>2</sup> Pós-doutora em Antropologia (UFPB); Doutora e Mestre em Serviço Social (PUCRS). Docente do Curso de Serviço Social e Mestrado em Serviço Social e Proteção Social da Unipampa - Campus São Borja. Vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Opressão/Exploração. E-mail: [elisangelapessoa@unipampa.edu.br](mailto:elisangelapessoa@unipampa.edu.br)

## **EL TRABAJO DEL/LA ASISTENTE SOCIAL EN LAS ESCUELAS DE EDUCACIÓN PRIMARIA EN EL ENFRENTAMIENTO DEL RACISMO**

Resumen: El racismo constituye una herencia marcada por la colonización y la esclavitud en Brasil, perpetuando la idea de que existen razas inferiores o superiores, en un movimiento de separación entre personas blancas y negras. Discutir el racismo dentro de las escuelas es relevante para los procesos de trabajo del/de la asistente social insertado/a en la política de educación, ya que los datos de desigualdad racial que aún existen en Brasil son significativos. De este modo, la investigación presentada tuvo como objetivo analizar artículos científicos del área de Trabajo Social que presentan el trabajo del/de la asistente social en las escuelas de educación primaria y secundaria en Brasil en el enfrentamiento del racismo, con vistas a dar visibilidad a las posibilidades de resistencia. En términos metodológicos, la investigación se caracterizó como bibliográfica con enfoque cualitativo. Se utilizó el método dialéctico crítico, con el objetivo de presentar una interpretación crítica de la realidad concreta. Para el análisis de los datos se utilizó el análisis de contenido. Se recopilaron producciones bibliográficas del área de Trabajo Social publicadas en los últimos diez años, constituyéndose la muestra por artículos publicados en revistas o eventos. Los resultados apuntan a la ocurrencia de situaciones racistas en las escuelas, constituidas por malos tratos, agresiones y exclusión de los/las alumnos/as negros/as. Los artículos señalan que las acciones de los/las asistentes sociales han girado en torno a proyectos, talleres, programas y debates para la implementación de la Ley 10.639/2003 – que establece el estudio de la historia de África y de los/las africanos/as, la lucha de los/las negros/as en Brasil, la cultura negra brasileña y el/la negro/a en la formación de la sociedad nacional, rescatando la contribución del pueblo negro en las áreas social, económica y política pertinentes a la Historia de Brasil –. En cuanto a la relación del/de la profesional con la comunidad escolar, aunque existe, aún se expresa de forma incipiente. Existe la necesidad de una mayor aproximación de los/las asistentes sociales con otros profesionales de la escuela, alumnos/as y familias. Se concluye que tanto los/las profesionales como la escuela necesitan ampliar las perspectivas de acogida e integraciones que trasciendan los “muros” de la escuela.

Palabras clave: Racismo; Trabajo Social; Educación.

## I – Introdução

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema “O trabalho do/a assistente social nas escolas de ensino fundamental e médio no enfrentamento ao racismo”. Cabe introduzir que o racismo “é a crença na existência de raças e sua hierarquização. É a ideia de que há raças e que elas são naturalmente inferiores ou superiores a outras, em uma relação fundada na ideologia de dominação” (Cfess, 2016, p.10). Nesse sentido, seria uma maneira de separar sujeitos brancos/as e negros/as. Infelizmente as pessoas negras foram consideradas desde a década de 1530 – período que demarcou o início da escravidão no território brasileiro –, como incapazes e inferiores, pela população branca da época, cenário que lamentavelmente, estende-se até os dias atuais.

Após a participação em um trabalho acadêmico do Curso de Serviço Social com alunos/as do ensino fundamental e médio, cujo tema foi a evasão escolar, percebeu-se que alunos/as afro-brasileiros/as sofrem racismo durante a atividade, devido a cor da pele e seu biótipo.

Na escola o racismo pode ocorrer na sala de aula, no pátio na hora do intervalo, nas “brincadeiras” de “mal gosto”, entre outras situações. Diante de tal cenário, meninos/as negros/as tendem a se isolar e muitas vezes abandonam os estudos devido ao preconceito racial (Santana, 2021).

Refletir sobre o tema racismo é relevante para os processos de trabalho dos/as assistentes sociais, pois, os dados da desigualdade racial que ainda existem no Brasil são significativos. Em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE lançou uma pesquisa chamada “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça”, tal estudo mostrou que pretos/as e pardos/as, são 55,8% da população brasileira, sendo que esses/as têm os piores indicadores de renda, moradia, escolaridade, acesso a serviços, dentre outras desigualdades.

Constantemente a mídia relata situações de racismo no meio educacional. Conforme o site de notícias do G1 (2024) menina negra de cabelos trançados foi pisoteada e xingada de 'macaca' e 'cabelo de bombril' por alunos/as em escola municipal. A mãe da jovem relatou “que cinco alunos do ensino fundamental jogaram terra e fezes de gato no uniforme da filha, de 12 anos, além de terem chamado a menina de "macaca", "cabelo de bombril" e "capacete de astronauta" (G1, 2024, s/p).

O Atlas da Violência, de 2020 (Brasil de Fato, 2020), indicou que a taxa de homicídios de negros/a cresceu 11,5% de 2008 a 2018, enquanto a de não negros caiu 12%. Ao todo, os/as negros somaram 75,9% dos assassinados/as neste período. Ou seja, para cada indivíduo não negro/a morto, 2,7 negros/a são assassinados/a. Esses números ficam ainda mais alarmantes quando se olha a faixa etária e gênero. Em 2018, 68% das mulheres mortas eram negras. Os homens negros jovens representam mais da metade do número de jovens mortos.

Em 2018, o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil mostrou que a taxa de analfabetismo entre negros era de 9,1% superior à da população branca. A taxa de negros/as fora das escolas chegou a 19%” (Oxfam, 2020, s/p). Já dados de 2024, do Atlas da Violência, apresentou taxas de homicídio no país de 2022, sendo que os dados revelaram que 46.409 pessoas foram assassinadas no Brasil. Desse total, 76,5% tiveram como vítimas pessoas pretas e pardas (Senado Federal, 2024).

Esses índices mostram o quanto a sociedade brasileira é racista e desigual, mostrando a relevância da pesquisa ora apresentada. Diante desses dados, e considerando a importância do tema racismo para os/as profissionais do Serviço Social partiu-se do seguinte questionamento para elaboração e execução da pesquisa: Como os artigos científicos da área do Serviço Social apresentam o trabalho do/a assistente social nas escolas de ensino fundamental e médio no enfrentamento ao racismo? A partir desse problema o objetivo geral girou em torno de: Analisar artigos científicos da área do Serviço Social que apresentam o trabalho do/a assistente social nas escolas de ensino fundamental e médio público no Brasil no enfrentamento ao racismo, com vistas a dar visibilidade às possibilidades de resistência.

Já quanto aos objetivos específicos os quais estão intrinsecamente relacionados ao conteúdo desenvolvido em cada seção deste artigo, buscou-se: 1) Identificar que cenários são apresentados sobre situações de racismo na escola nos artigos mapeados, 2) Indicar como ocorre as intervenções do/a profissional do Serviço Social no enfrentamento ao racismo escolar e 3) Verificar como ocorre a relação da comunidade escolar com o/a profissional Serviço Social no enfrentamento ao racismo.

No que se refere à estruturação metodológica da pesquisa realizada, entende-se esse percurso como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, incluindo simultaneamente a teoria da abordagem, os instrumentos de operacionalização do conhecimento e a criatividade do pesquisador” (Minayo, 2007, p.14). Optou-se pela realização de uma pesquisa de

tipo bibliográfica, sendo esta “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2010, p. 50). O enfoque foi de tipo qualitativo, “seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar”(Minayo, 2007 p.79).

O universo da pesquisa deu-se por meio de produções bibliográficas referente ao objeto da pesquisa, sendo que se optou por obras publicadas no Brasil. A unidade de observação girou em torno dos critérios de inclusão que delimitaram artigos da área do Serviço Social, em português, publicados online no Google Acadêmico, nos últimos dez anos. Os descritores utilizados para o mapeamento foram: “Racismo, Serviço Social e Educação”. Utilizou-se amostra de tipo intencional não probabilística, pois nesse modelo de amostra “o pesquisador estará interessado na opinião (ação, intenção, etc.) de determinados elementos da população, mas não representativo dela” (Marconi, Lakatos, 2007, p. 52). Referente aos critérios de exclusão, foram descartadas publicações que tratavam de escolas particulares e situações que envolviam o ensino superior.

Em um primeiro mapeamento, foram encontrados duzentos e setenta e oito (278) produções bibliográficas, contendo artigos publicados em eventos, revistas científicas e trabalhos de conclusão de curso. Ademais, devido à escassa produção bibliográfica na área do Serviço Social referente a temática – o trabalho do/a assistente social nas escolas de ensino fundamental e médio no enfrentamento ao racismo – somente foram levados para a amostra final 5 (cinco) trabalhos publicados em eventos acadêmicos e 4 (quatro) publicados em revistas científicas, sendo esses elaborados e publicados por assistentes sociais. Abaixo apresenta-se quadro demonstrativo das publicações selecionadas:

**Quadro 1 – Obras selecionadas na amostra de pesquisa**

<b>Título da Obra</b>	<b>Autores/as</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipo de obra</b>
Desigualdades sociais, Opressão e Racismo: Percepção de estudantes do terceiro ano do colégio estadual da Cachoeira.	Kleyne Janne Costa de Souza, Taís Lima Costa, Marcela Mary José da Silva	2018	Artigo/Evento

Racismo e Serviço Social educação Social: Lei 10.639 como possibilidade de construção de uma educação Antirracista	Aline Batista De Paula	2018	Artigo/Evento
Serviço Social e Educação: O racismo como expressão da “questão social” no Brasil.	Silvia Maria Amorim Lima	2019	Artigo/Evento
Serviço Social, educação e racismo: uma articulação	Aline Batista de Paula	2020	Artigo/Revista
Serviço social e interseccionalidade de raça, gênero e classe na escola.	Francisca Kananda Lustosa dos Santos, Elaine Ferreira do Nascimento.	2021	Artigo/Evento
Particularidades da Questão Social na Educação	Michelli Aparecida Daros	2023	Artigo/Revista
A Importância da implementação da lei 13.935/2019 para efetivação da lei 10.639	John dos Santos Silva	2024	Artigo/Evento
O Serviço Social e Educação: Reflexões a partir do livro Tijolos contra Muros.	Inaê Carvalho Ferreira, Sheila Amaral Rosa	2024	Artigo/Revista
Serviço social nas escolas públicas: Combate ao racismo e sexismo contra estudantes negras	Eduardo Cechin da Silva, Monique Soares Vieira	2025	Artigo/Revista

Fonte: sistematizado pelas autoras (2025).

Enquanto instrumento de coleta de dados, utilizou-se uma ficha de citações, preenchidas por meio da busca de respostas de um roteiro norteador com perguntas abertas pensadas com intuito de responder os objetivos da pesquisa. A análise de conteúdo baseou-se nos conceitos de Bardin (2009), que se utiliza da pré-análise, exploração de material e interpretação dos resultados (Bardin, 2009).

No desenvolvimento e análise da realidade dos dados deste estudo, utilizou-se do método materialista dialético crítico, com a perspectiva de analisar a realidade social na sua fase concreta, optando-se pelas categorias totalidade, contradição e historicidade, pois conforme Gil (2010, p.14) “uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de sua influência políticas econômicas culturais etc.”.

Cabe referendar que a escola é um dos primeiros ambientes em que as crianças e adolescentes convivem com diversidade racial, por isso é importante pesquisar e entender quais as estratégias utilizadas pelos/as assistentes sociais na busca de resistência e enfrentamento ao racismo no ambiente escolar. Para os/as profissionais do Serviço Social tornam-se de fundamental importância tal discussão, pois em dezembro de 2019 foi promulgada a Lei 13.935/2019 que deveria garantir a presença de assistentes sociais e psicólogos na rede básica de educação brasileira.

De acordo com o artigo 1º da referida lei, “as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais” (Brasil, 2019, s/p). A lei foi promulgada pelo então presidente da república Jair Messias Bolsonaro, todavia, não foi implementada, pois foi vetada, tendo como alegação do governo neoliberal que não havia verbas para a contratação de novos/as funcionários/as. Segundo a Câmara dos Deputados (2023), após a sua aprovação em 2019, Assistentes Sociais e Psicólogos deveriam ter sido admitidos, logo após a lei ter entrado em vigor no ano de 2020. Porém no contexto da pandemia de Covid-19 a medida foi adiada e até hoje apenas 85 municípios cumpriram com a legislação.

Por fim, considerando os aspectos metodológicos da pesquisa, o presente artigo encontra-se organizado da seguinte forma: I) a presente introdução; II) Reflexões sobre Racismo no ambiente escolar; III) A Intervenção do/a profissional do Serviço Social junto ao racismo no âmbito escolar e IV) Apresentam-se algumas considerações, na perspectiva de contribuir com debates para a categoria profissional do Serviço Social.

## **II – Reflexões sobre Racismo no ambiente escolar**

Diante das evidentes práticas de racismo no Brasil, a qual gera desigualdade e injustiças, buscou-se nos artigos mapeados o conceito de

racismo. De forma geral somente o artigo dos/as autores/as Silva e Vieira (2025) conceituam o racismo como a separação de homens e mulheres brancos/as e negros/as, separação de bons e maus, atribuindo bons aos/as brancos/as e maus aos/as negros/as. Dessa forma, “gerando uma dualidade entre bom e ruim, moral e imoral, direcionando o que é positivo para características dos “homens/mulheres universais”, europeus e brancos, enquanto o negativo é atribuído a/ao “outra/o”, as/os negras/os (Cfess, 2016 *apud* Silva e Vieira, 2025).

Evidenciou-se que a maioria das obras reflete questões em torno do racismo como estrutural, fazendo-se presente no dia a dia da sociedade, nas ações, nos hábitos, nas falas, na educação que é transmitida, na política e na economia. Obra de apoio indica que o racismo “se materializa no olhar que constrange, na reação de estranhamento ou incômodo ao perceber a presença de um negro num espaço de predominância branca [...]” (Pastoriza, Borges, 2020 p. 68518). O racismo estrutural é a herança que ficou da escravidão e da colonização o qual reproduz a pobreza e a exclusão social.

Conforme artigo da amostra, “o racismo estrutural é conceber o racismo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas” (Silva, 2024, p. 385). Ou seja, o racismo está na estrutura da sociedade, no modo de produção capitalista. Isso corrobora na apreensão de que a riqueza nessa estrutura é produzida pela força de trabalho e necessita de um exército de reserva formado por trabalhadores/as pardos/as e negros/as no Brasil.

Conforme Marx (2017 *apud* De Araújo, 2023, p.3). “o racismo estrutural como específico da sociabilidade burguesa, serve à aceleração da rotação do capital na acumulação primitiva do capital, em que destacamos a colonização como “aurora da produção capitalista””. Sem a existência dessa massa de desempregados/as o capital não conseguiria produzir e acumular riqueza, portanto o racismo é funcional para a acumulação no modo de produção capitalista.

Dentre os artigos analisados, Paula (2018) e Silva e Vieira (2025) definem o racismo como estrutural e estruturante. Os/as autores/as Lima (2019) e Paula (2020) definem o preconceito racial como sendo um estigma de um grupo sobre o outro, no caso sobre as pessoas negras. Obra de apoio aponta que:

O preconceito racial se estabelece a partir de uma concepção de mundo considerada “superior” e teve como finalidade a estigmatização de um outro grupo – o de não-brancos – caracterizando (o negro) como de qualidade inferior, crença esta que passa a ter função de justificar a dominação sobre ele. Este raciocínio envolve atitudes e comportamentos negativos, e, em algumas situações, atitudes supostamente positivas contra negros, apoiadas em conceitos ou opiniões não fundamentadas

no conhecimento e sim na ausência, o que não permite ao indivíduo negro ser reconhecido pelo que é, mas sim falsamente conhecido, ou reconhecido pelo que não é (Oliveira, 2005, p. 4).

Assim, brancos/as podem se julgar “superiores/as” aos/as negros/as, considerando-os/as como “inferiores”, imprimindo uma imagem negativa as questões étnicas-raciais. Nesse sentido, o preconceito racial traz uma imagem falsa, visto que, o/a negro/a não é reconhecido pelo que ele é e sim pelo que ele não é, devido as falsas ideias criadas pelo estigma sócio-histórico no qual eles/as são julgados/as como: “preguiçosos/as”, “criminosos”/as, “vadios”/as, “desprovidos/as de inteligência”(Oliveira, 2005).

Apesar dos/as negros/as terem sido libertados/as, não pertencendo mais a nenhum “senhor/a”, eles/as continuaram aprisionados/as ao sistema racista da elite branca. Aos/as ex-escravos/as foi negado o direito à educação, moradia, ao trabalho, à saúde, sem nenhuma assistência social assegurada pelo Estado. Assim os/as negros/as precisaram lutar para sobreviver, trabalhando em subempregos. Considerando que o mercado de trabalho não conseguia absorver tanta mão de obra, aumentou de forma significativa o número de desempregados/as. Deste modo os/as negros/as foram considerados/as preguiçosos/as, malandros/a e vadios/as pela sociedade, valores que sustentam o preconceito até os dias atuais (Monteiro, 2012). Por corresponder a expectativa de uma estrutura, o racismo se manifesta frequentemente através de atos racistas dentro da sociedade, Muitas vezes esses atos são velados, são silenciosos, mas não deixam de serem violentos, discriminantes e excludentes.

Também, buscou-se, nos artigos observar relatos de atos racistas nas escolas de ensino fundamental e médio. Os atos apresentados são de maus tratos, agressões, injustiças, “separação” e “negação”. Os artigos dos/as autores/as Silva e Vieira (2025) e Santos, Nascimento (2021), abordam situações racistas nas escolas, como por exemplo, o fato do biótipo das meninas negras não se enquadrarem nos padrões de beleza que são determinados pela sociedade burguesa-branca. Obra de apoio, ressalta que “não adianta serem ‘educadas’ ou estarem ‘bem-vestidas’ [...] afinal, ‘boa aparência’ [...] é uma categoria ‘branca’, unicamente atribuível à ‘brancas’ ou ‘clarinhas’ (González, 1984, p. 230).

O artigo de Daros (2023), também aborda situação racista, em que o banheiro feminino foi pichado com frases racistas: #FORA PRETAS, #PRETAS FEDIDAS, #IFBRANCO. Outra situação foi a exclusão de estudantes negros/as

dos grupos de trabalhos por não serem considerados inteligentes pelos/as alunos/as brancos. Conforme a autora, Paula (2018, p. 7):

A forma como os negros aparecem nos livros didáticos, a desvalorização da cultura e contribuição dos negros, assim como indígenas, na construção da sociedade brasileira, são exemplos concretos de como a escola contribui para a manutenção de estereótipos que reforçam o lugar de subalternidade do negro na sociedade brasileira.

hooks – obra de apoio – (2013), apresenta o relato dessa manutenção de estereótipo, alegando que, quando estudava os/as professores/as brancos reforçavam o preconceito racial durante as lições, pela forma como abordavam o biotipo da pessoa negra; como sendo feia, desprovida de inteligência e inferiores. Isso fazia com que ela perdesse o interesse pela escola. Nesse sentido, a escola pode reforçar o lugar de subalternidade do/a negro/a, ao tornar-se um ambiente racista, excludente, pela forma que os/as professores/as administram os conteúdos da história Africana e afrobrasileira.

Diante de tal cenário, os/as alunos/as brancos se sentem superiores/as aos/as alunos/as negros/as, pois obra de apoio indica que, “o racismo continua a se manifestar de diversas formas, como piadas, xingamentos, chacotas e dentre outros no ambiente escolar” (Cantanhêde, 2018, p. 28). Os/as alunos/as negros/as podem ser oprimidos, desvalorizados/as, excluídos/as, marginalizados/as, tendo como consequência desmotivação e interesse pelos estudos. Sendo assim, é preciso enfrentar o racismo no ambiente escolar.

Buscou-se verificar como o racismo estava sendo enfrentado nas escolas, os artigos de Silva (2024), Paula (2018), Daros (2024) e Paula (2020) indicam como estratégia a aplicação da Lei 10.639 de 2003 que aponta a necessidade da inserção de discussões sobre a história Africana e Afro-brasileira nas disciplinas de história e cultura e a Lei 11.645 de 2008 que trata da inclusão da história dos/as indígenas nas disciplinas de história e cultura.

Por outro lado, o artigo de Silva e Vieira (2025), apresenta o enfrentamento ao racismo através da elaboração de projetos, estudos e atividades voltadas a narrativas de artistas intelectuais, rodas de conversa e práticas lúdicas com estudantes negros/as. Por fim, Silva (2024, p.382) indica a Lei 13.935 de 2019 que prevê a inserção de psicólogos/as e assistente sociais nas escolas, ponderando que:

[...] essa previsão pode ser de suma importância para fortalecimento da efetivação da primeira lei citada, visto que o Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro aponta para a defesa de uma sociedade livre de opressões, dominações e explorações, reverberando totalmente na

Cabe refletir que obras de apoio retratam que muitos professores/as não estão preparados/as para intervir em atos racistas que ocorrem dentro das escolas. De acordo com os artigos, professores/as podem normalizar atitudes racistas como “brincadeiras” de crianças e adolescentes, reforçando o mito da democracia racial, (Cantanhêde, 2018). Outra obra de apoio destaca que:

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial (Gomes, 2005, p. 57).

Muitos professores/as acabam reproduzindo o racismo utilizando-se de palavras como “negrinho/a”, “marronzinho” para referir-se aos/as alunos/as negros/as, acreditando que estão sendo carinhosos/as. Professores/as e comunidade escolar, precisam compreender que alguns “termos de tratamento” não são elogios e sim palavras racistas e inadequadas que afetam a construção da identidade do aluno/a negro/a. Obra de apoio aponta que é necessário que

esses/as profissionais utilizem falas que contenham elogios, como forma de reforçar a imagem positiva dos/as alunos/as negros discriminados/as com o intuito de motivar nesses grupos a ideia de que eles também fazem parte do espaço escolar (Cavalleiro, 2001). Infelizmente, Carneiro (2023) – obra de apoio – menciona que a exclusão sofrida pelos alunos/as negros/as está fortemente relacionada à evasão escolar.

### **III A Intervenção do/a profissional do Serviço Social junto ao racismo no âmbito escolar**

Buscou-se nos artigos informações sobre como ocorre as intervenções do/a profissional do Serviço Social no enfrentamento ao racismo nas escolas, pois as obras de apoio indicam que os/as assistentes sociais podem auxiliar na construção de uma educação antirracista, construindo estratégias junto aos/as professores/as e comunidade escolar, “incentivando práticas antirracistas a serem desenvolvidas nas escolas no intuito de que elas repercutam no interior destas e

se desdobrem em ações realizadas pelas(os) estudantes na sociedade de modo geral” (Pereira, 2023, p. 22).

Os artigos científicos pesquisados dos/as autores/as, Paula (2018), Lima (2019) Santos e Nascimento (2021), Ferreira e Rosa (2024) e Daros (2023) apresentam o trabalho do/a assistente social nas escolas de ensino fundamental e médio no enfrentamento ao racismo na perspectiva que são realizadas ações de valorização e construção da identidade étnico-racial. Conforme Paula (2018, p.5) “o espaço educacional é um locus privilegiado para a práxis profissional do assistente social, sua dimensão socioeducativa, principalmente, pode contribuir de forma substancial para construir uma sociedade antirracista” Desse modo, revelam as seguintes estratégias: elaboração de projetos e programas, realização de atendimentos e debate com a comunidade escolar em torno do tema. Dentro dos projetos e programas indicam a realização de atividades para serem realizadas com os/as alunos/as, mas essas não são mencionadas de forma detalhada.

Os/as atendimentos realizados pelos/as profissionais geralmente são individualizados com as famílias para o fortalecimento do vínculo família/escola. Na análise foi observado que o/a assistente social também contribui nos debates dentro das escolas para a efetivação da Lei 10.639/2003, que indica a inserção da história Africana e a história Afro-brasileira nas disciplinas de história e cultura nas escolas. Porém o artigo do autor Lima (2019, p. 6) amplia as possibilidades de intervenção dos/das assistentes sociais como pode ser visto.

Nas últimas décadas, os assistentes sociais inseridos na política de educação, estão sendo muito requisitados pelas instituições para atuarem na gestão escolar, com programas destinados à ampliação do acesso e de permanência dos estudantes, reforçando assim, os preceitos ético-políticos do serviço social e sua luta sistemática pela garantia do direito social que é a educação pública. No obstante, é importante ressaltar que o campo da educação é uma ampla área de trabalho e por isso a atuação do assistente social não se restringe apenas às demandas individuais dos estudantes, abrange também ações junto às famílias desses estudantes, bem como aos outros atores sociais da política, tais como trabalhadores da educação, movimentos sociais, conselhos de educação, comunidade em geral e etc.

Após as análises dos materiais coletados, pode-se identificar em Silva (2024), Souza, Costa e Silva, (2018) a contribuição do trabalho dos/as assistentes sociais no enfrentamento ao racismo da seguinte forma: a) o/a assistente social contribui através de debates acerca da Lei 10.639 no espaço ocupacional escolar e b) a/o assistente social auxilia na formação identitária e de pertencimento dos/as estudantes, apoiando no reconhecimento dos problemas sociais.

Os/as autores Silva e Vieira (2025) e Paula (2018) indicam em seus artigos que a educação socioeducativa proposta do/a profissional contribui na formação de uma sociedade antirracista. Entretanto, o artigo dos Silva e Vieira (2025) aponta que um dos desafios que os/as profissionais enfrentam é ser proletariado e muitas vezes vinculado ao Estado. Também aborda que a escola é uma instituição com hegemonia branca, segundo os/as autor/a, “[...] a escola é uma instituição reprodutora da hegemonia burguesa, isto é, da branquitude” (Silva e Vieira, 2025, p.251).

Já quanto os autores/às Souza, Costa e Silva (2018) apontam que o/a assistente social enfrenta desafios para combater o racismo nas escolas de ensino fundamental e médio, citando como exemplo a experiência do município de Cachoeirinha,RS por haver somente uma profissional responsável por quarenta instituição de ensino, sendo assim o trabalho do/a assistente social não foi eficaz, considerando a precarização da carga horária de trabalho. O/a autor/a Paula, (2018) traz em seu artigo que o grande desafio é “construir estratégias para o trabalho profissional que considerem as transformações societárias, e respondam às demandas postas aos profissionais no campo” (Paula, 2018, p. 14).

Buscou-se verificar nos artigos como ocorre a relação da comunidade escolar com o/a profissional Serviço Social, sendo que os artigos apontam que nos últimos anos cada vez mais os/as assistentes sociais tornaram-se importantes nas escolas. Eles contribuem para melhorar o ingresso e a permanência dos/as alunos/as nas instituições de ensino, trabalhando na garantia do direito à educação pública. Dessa forma obra de apoio reafirma a:

[...] compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo - organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (Conselho Federal de Serviço Social, 2012, p. 38).

Sua intenção é garantir uma educação que tenha qualidade e que seja direito de todos/as. Sendo assim os/as assistentes sociais têm muito a contribuir no enfrentamento ao racismo. Um dos princípios fundamentais do código de ética (1993) dos/as profissionais do Serviço Social é a não discriminação de pessoas independente de sua etnia, gênero, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (Conselho Federal do Serviço Social, 1993).

Os artigos dos autores/às Souza, Costa, Silva (2018); Ferreira, Rosa (2024) e Silva e Vieira (2025) apresentam o trabalho do/a assistente social com os/as professores/as e comunidade escolar no enfrentamento ao racismo, sendo que a maioria das atividades são realizadas através da elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias. Os autores/as Ferreira e Rosa, (2024) e Silva, Vieira (2025) revelam nos artigos que a participação da família está sendo buscada para garantir e fortalecer o vínculo entre família e escola. Assim:

O trabalho do Serviço Social na Educação contribui para o processo de desenvolvimento do elo entre conhecimento e cidadania, buscando assegurar a formação integral das crianças e adolescentes, norteados pela e para a prática social e para o desvelamento das relações sociais na sociedade capitalista, subsidiando a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir do fortalecimento da relação escola, família e comunidade, fomentando a democratização e participação nos espaços de planejamento e gerenciamento da política (Ferreira, Rosa, 2024, p.240)

O artigo os/as autores/as, Silva e Vieira, (2025), aponta que, o trabalho do/a assistente social com os/as profissionais/as da educação é realizado através de diálogo, ações criativas, propositivas e estratégicas, de acordo com as demandas institucionais, pretendendo contribuir com a transformação social. Indicam a possibilidade de “planejar estratégias de intervenção antirracistas e antissexistas em articulação com todos os atores sociais que podem se fazer presente no contexto escolar, no ambiente interno, externo, direta e indiretamente” (Silva, Vieira, 2025, p. 252).

Ao apoiar-se na produção de Oliveira (2005), evidenciou-se a participação dos/as profissionais junto com o/a assistente social no enfrentamento ao racismo nas escolas, por meio da promoção de oficinas de autoestima e estética negra, assim como também a realização de atendimentos individualizados no Momento de Atenção à Família (MAF) e planos e estratégias para fortalecer a relação escola, família e comunidade.

A produção de Silva e Vieira (2025), aborda que os/as profissionais do Serviço Social, sugerem projetos de intervenção nas escolas para se combater ao racismo, esses projetos giram em torno de entrevistas com as famílias dos/as alunos/as, estudos sociais e práticas lúdicas com os/as estudantes negros/as. Para os/as autores/as, tais projetos tornam-se de fundamental importância para fortalecer uma perspectiva de decolonização<sup>3</sup>.

Percebeu-se pelas análises realizadas nos artigos, que nenhum deles trouxe os resultados das ações dos/as assistentes sociais no enfrentamento ao

---

<sup>3</sup> A decolonização é um conjunto de práticas, conceitos, pesquisas e estudos que visam diminuir ou reverter os efeitos da colonização nas sociedades. (Revistaft, 2025)

racismo. Fica uma pergunta: Por que tais resultados não aparecem nos artigos? No decorrer da pesquisa, observou-se a dificuldade em encontrar artigos científicos produzidos pelos/as assistentes sociais que trabalham na política de educação, talvez pelo fato de termos ainda poucos/as profissionais intervindo nas escolas. Ou ainda, pela priorização de outras áreas de estudo ou demandas.

Tem-se a impressão de que existe uma falta de formação específica sobre tal objeto de intervenção, emergindo dificuldades em abordar um tema complexo como racismo. Embora haja produção – mesmo que escassa –, é perceptível uma lacuna, pois não existem abordagens ou aprofundamento de reflexões, por exemplo, apontam-se uso de estratégias, mas não se discrimina com essas são constituídas. Os artigos não apresentam ações, sobre como os/as profissionais trabalham com alunos/as que cometem atos racistas no ambiente escolar, tão pouco abordam como é realizado o acolhimento dos/as alunos/as negros/as excluídos/as.

Ainda que haja complexidades para os/as assistentes sociais trabalharem no enfrentamento ao racismo nas escolas é preciso que esses unam-se aos/as professores/as, para que não se apegue apenas às legislações. Existe a necessidade de uso dos parâmetros de atuação dos/as assistentes sociais na política de educação (2012). Poder-se-ia elaborar intervenções em equipe, para identificar as necessidades dos/as estudantes negros/as, assim desenvolvendo planos individualizados de acolhimento, que posteriormente poderiam ser abordados em uma perspectiva de totalidade, não desvinculando tais exclusões e debates de um conjunto racista predominante no país.

Essas intervenções em equipe também, podem ser feitas na perspectiva de ultrapassar os muros das escolas, no sentido de alcançar a comunidade e familiares dos alunos/as negros/as, assim, organizando reuniões comunitárias que abordam questões sobre o racismo e como enfrenta-lo, criando grupos de apoio, fortalecendo grêmios estudantis, conselhos de direito, construindo ações e campanhas de sensibilização sobre questões raciais, para a formação da comunidade que valorize a diversidade e inclusão.

Outra possibilidade seria também, aprofundar ações com as famílias para o fortalecimento da comunidade escolar. Ou ainda, desenvolver currículos inclusivos na prática, promovendo ações que levassem à reflexão sobre a diversidade étnico-racial. Em conformidade com Cfess (2014, p.9) existem:

[...] inúmeras possibilidades sobre o que faz ou pode fazer o/a assistente social na política educacional, a amplitude de possibilidades de atuação deste/a profissional no campo da educação, o qual deve exercer sua

Cabe referendar que o Serviço Social é uma profissão de caráter crítico e tem como objeto de trabalho a Questão Social<sup>4</sup> e suas expressões, possui bandeiras de lutas em defesa da ética e dos direitos humanos, com valores e princípios que norteiam a profissão. Assim aponta o Cfess (2017, p.2) que “a pauta política dos/as assistentes sociais é subsidiada por valores e princípios que se orientam pela defesa da liberdade, da democracia e do combate a todas as formas de preconceito, barbárie e violência”. Dessa forma, faz parte da bandeira de luta desses/as profissionais o enfrentamento ao racismo, a defesa da igualdade e da justiça social para todos/as, assim, deve-se perpetuar um “posicionamento contrário ao racismo e defesa das lutas pela equidade de raça, etnia, gênero e pela política de igualdade racial” (Conselho Federal de Serviço Social, 2017, p.10). Esse norte, deve fazer parte das ações profissionais, pois os/as assistentes sociais, buscam em seus princípios a construção de um novo modelo de sociedade.

Diante do exposto, sugere-se que, o/as assistentes sociais nas escolas de ensino fundamental e médio, unam-se com a comunidade escolar e que esses tenham consciência sobre o racismo e suas consequências, só assim poderá oferecer apoio e orientação aos/as alunos/as negros/as sobre seus direitos e auxiliá-los a minimizar as dificuldades. A escola deve promover a inclusão e a diversidade, valorizando a negritude, promovendo um ambiente que inclua e respeite os/as alunos/as negros/as, porque resistir é um ato político e significa, neste caso não ceder as injustiças sociais e não naturalizar atos racistas que são cometidos nas instituições de ensino. Só assim, pode-se construir uma sociedade mais justa e igualitária, livre de preconceitos.

### **Considerações Finais**

Neste item, retoma-se o problema de pesquisa: Como os artigos científicos da área do Serviço Social apresentam o trabalho do/a assistente social nas escolas de ensino fundamental e médio no enfrentamento ao racismo? A partir das análises realizadas durante a pesquisa os principais resultados

---

<sup>4</sup>Conceitualmente a questão social está enraizada na contradição capital x trabalho, conforme os autores, Carvalho e Iamamoto, (1983, p.77):“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

apontam que o trabalho dos/das assistentes sociais é realizado através de projetos, programas, debates, ações socioeducativas e reflexões para efetivação da Lei 10.639/2003. A relação do/a profissional com a comunidade escolar é realizada por meio de projetos pedagógicos, planos e estratégias não detalhadas de forma direta nos artigos. A análise possibilitou apreender que persistem, situações racistas que ocorrem nas escolas girando essas em torno de maus-tratos, agressões, injustiças e exclusão dos/as alunos/as negros/as.

Através deste estudo fica evidente que o racismo tem fundo estrutural, pois continua reproduzindo pobreza e exclusão social, manifesta-se de forma silenciosa através de atos racista, muitas vezes velados, ou explícitos considerado como “brincadeiras”. Mesmo assim não deixam de serem violentos, pois discriminam e excluem o/a negros/as em razão da cor de sua pele. Outra questão evidenciada é o fato de que a escola também pode reforçar o lugar de subalternidade do/a aluno/a negro/a, sendo racista e excludente, de maneira e que os/as professores/as podem abordar a história africana e afro-brasileira nas disciplinas de história e cultura.

Considera-se importante a implementação da Lei 13.935 de 2019, pois essa refere-se à contratação de assistentes sociais e psicólogos nas escolas de ensino fundamental e médio assim contribuindo em conjunto com a Lei 10.639 de 2003, no sentido de reforçar o debate da história africana e afro-brasileira.

Também considera-se relevante que haja mais produções sobre o trabalho dos/as assistentes sociais nas escolas de ensino fundamental e médio no enfrentamento ao racismo, embora haja profissionais do Serviço social trabalhando nas escolas, é preciso mais produções sobre o tema, pois foram encontradas poucas obras.

O resultado do estudo apresentado suscita ainda a pergunta: Sobre que demandas estão debruçando-se as intervenções dos/as profissionais do Serviço Social inseridos na Educação? Ou ainda sobre que temáticas estão sendo produzidas as referências científicas em torno da intervenção dos/as assistentes sociais na Educação? Talvez novos estudos e pesquisas possam vislumbrar um horizonte mais amplo de competências e atribuições que levem em conta o projeto ético-político da profissão.

## **Referências**

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. **Conselho Federal de Serviço Social GT de Educação. Brasília, 2011.** Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em 12 de abr., 2025.

ARAUJO, Lorraine Marie Farias de. **“Racismo” ou “Racismo estrutural”:** **diferenciação ontológica** na. (2023). p.3. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho\\_Submissão\\_Id\\_1915\\_1915646a201ad58a7.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_Submissão_Id_1915_1915646a201ad58a7.pdf) Acesso em: 15 nov., 2024.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso 30 mai., 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa Edições, (2009).

BRASIL, **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 17 nov., 2024.

BRASIL. Lei nº 13.935/2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica** (2019). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm). Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL DE FATO. **Racismo: taxa de assassinatos cresce para negros e cai para o resto da população**, Gimenes Erick (2020) Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/27/racismo-taxa-de-assassinatos-cresce-para-negros-e-cai-para-o-resto-da-populacao/>. Acesso em 02 mar. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sistemas de ensino precisam cumprir lei e contratar psicólogos e assistentes sociais, cobram especialistas**. Assunto foi debatido na Comissão de Educação da Câmara. (2023). Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/966781-sistemas-de-ensino-precisam-cumprir-lei-e-contratar-psicologos-e-assistentes-sociais-cobram-especialistas/#:~:text=Segundo%20a%20lei%2C%20os%20estabelecimentos,ado%C3%A7%C3%A3o%20da%20medida%20foi%20adiada>. Acesso em: 03 abr., 2025.

CANTANHEDE, Francitânia. **O trabalho do Assistente Social e suas competências para o enfrentamento do racismo no espaço escolar**, 2018, p.28. Disponível: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25566/1/2018\\_FrancitaniaCantanhede\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25566/1/2018_FrancitaniaCantanhede_tcc.pdf); Acesso em: 15 nov., 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, Raul de. IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. (1983) p. 77. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-Racismo na educação: Repensando nossa Escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CFESS. **O que é preconceito?**. Série Assistente Social no combate ao preconceito, caderno (1). Brasília (DF), 2016 Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno01-OqueEPreconceito-Site.pdf>. Acesso em :10 jun. 2024.

CFESS. **Racismo**. Série Assistente Social no combate ao preconceito, caderno (3). Brasília (DF), 2016 Disponível em: [y92wyhk1E2wYjaZuimVUwLhZ3RwTkoJ-.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf). Acesso em: 10 jun. 2024.

CFESS. Eurico, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. (2021). Brasília/DF Disponível em:

CFESS. Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS. (2017). Brasília - DF. Disponível em: [www.cfess.org.br/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf](http://www.cfess.org.br/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf). Acesso em: 11 jun., 2024.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Série 3 - Trabalho de Projeto Profissional nas Políticas Sociais, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos>. Acesso em: 06 mai., 2025,

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais: Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. **Brasília: CFESS**, (2011) Disponível em [www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br). Acesso em: 13 jun., 2024.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. CFESS manifesta. **Temporalis**, v. 11, n. 21, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/199> Acesso em: 16 mar., 2025.

DAROS, Michelli Aparecida. Particularidades da Questão Social na Educação. **Serviço Social & Realidade**, v. 28, n. 1, (2019). Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4108>. Acesso em: 02 mar., 2025.

EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>. Acesso em: 11 jun., 2024.

FERREIRA, Inaê Carvalho; ROSA, Sheila Amaral. Serviço Social e a Educação: Reflexões a partir do livro Tijolos contra muros. **Serviço Social & Realidade**, v. 32, n. Fluxo contínuo, (2023). Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4305>. Acesso em: 13 jun., 2024.

G1, **Menina é pisoteada e xingada de 'macaca' e 'cabelo de bombril' por alunos em escola municipal, diz mãe**, Por Desirée Assis, g1 Rio Preto e Araçatuba (2024). Disponível em: [Menina é pisoteada e xingada de 'macaca' e 'cabelo de bombril' por alunos em escola municipal, diz mãe | São José do Rio Preto e Araçatuba | G1](https://g1.globo.com/rio-preto/aracatuba/noticia/2024/03/16/menina-e-pisoteada-e-xingada-de-macaca-e-cabelo-de-bombril-por-alunos-em-escola-municipal-diz-mae-rio-preto-aracatuba.g1.html). Acesso em: 16 mar., 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** .6.ed.-3. Reimpr.- São Paulo: Atlas, 2010.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/77cc59\\_5778f828e0334d759e96470a11bd104b.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/77cc59_5778f828e0334d759e96470a11bd104b.pdf). Acesso em 20 mai., 2025

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, 1984, p. 230

GOMES, Nilma Lino. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-26934/educacao-anti-racista--caminhos-abertos-pela-lei-federal-no-1063903-colecao-educacao-para-todos>. Acesso em: 11 jun., 2024.

Hooks, bell. **Ensinando a transgredir – Educação como prática de liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBGE.EDUCA, **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.** (2019). Disponível em:

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html>. Acesso em : 10 jun., 2024.

LIMA, Silvia Maria Amorim. **Serviço social e Educação: O racismo como expressão da “questão social” no Brasil** (2019). Disponível em:

<https://cresspr.org.br/wp-content/uploads/2022/08/SERVIC%CC%A7O-SOCIAL-E-EDUCAC%CC%A7A%CC%83O-O-racismo-como-expressa%CC%83o-da-quest%CC%83o-social-no-Brasil..pdf>. Acesso em: 11 jun., 2024.

MANDELA, Nelson , **Pela paz e contra o racismo.** 2013. Disponível em: <<https://pgl.gal/nelson-mandela-pela-paz-e-contra-o-racismo/>. Acesso em:17 nov., de 2024.

MARCONI, Maria. Andrade.; LAKATOS, Eva. Maria. **Metodologia Científica.** rev. e ampl. 3.reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEGHINI, Olinda Beatriz Trevisol. SILVA, Luiza Orrigo. MACIEL, Josemar de Campos. Decolonização como forma de libertação e evolução dos povos históricos e culturalmente inferiorizados. **Rrevistaft.** 2025. Disponível em:

<https://revistaft.com.br/decolonizacao-como-forma-de-libertacao-e-evolucao-dos-povos-historico-e-culturalmente-inferiorizados/> Acesso: 11 de jun., 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social – teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MONTEIRO, Patrícia Fontes Cavalieri. **Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea,** (2012). Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/1208>.

Acesso em: 15 nov., 2024.

MOURA, Clóvis. **Brasil: As raízes do protesto negro.** São Paulo/ Clóvis Moura: Editora Dandara, 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** 2005. Disponível em [ReP USP - Detalhe do registro: Superando o racismo na escola](#). Acesso em: 10 jun., 2024.

OLIVEIRA, Juliana Marta Santos de. **O serviço social e sua contribuição para elevação da autoestima de crianças afrodescendentes na escola comunitária Luiza Mahin.** (2005). Disponível em:

<https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/355bc8ff-eb35-4680-a3c2-a25367f3b6ad/content>. Acesso em: 13 jun., 2024.

OXFAM BRASIL. **Entenda o objetivo e a importância do Dia da Consciência Negra.** (2020). Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/dia-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 10 jul., 2024.

PASTORIZA, Ronildo. NEUMANN. Borges, Michele. Andréia. **Discriminação racial no âmbito escolar / Racial discrimination at school.** (2020) *Brazilian Journal of Development*, 6 (9), 68506–68521. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-335>. Acesso em: 16 de mar., 2025

PAULA, Aline Batista de. Educação, Racismo e Serviço social: A Lei 10.639 como possibilidade de construção de uma educação antirracista. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, (2018). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22621>. Acesso em: 10 jun., 2024.

PAULA, Aline Batista de. Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.]**, v. 18,

n. 45, (2020). DOI: 10.12957/rep.2020.47223. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47223> . Acesso em: 9 abr. 2025.

PEREIRA, Damires dos Santos. “**Somos Educadores também**”: as contribuições do serviço social para uma educação antirracista nas escolas. (2023). p.22. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/39256/1/SomosEducadoresTamb%c3%a9m.pdf>. Acesso em: 17 nov., de 2024.

SANTOS, Francisca Kananda Lustosa dos; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. Serviço social e interseccionalidade de raça, gênero e classe na escola. **Anais do VI Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Imperialismo, neofascismo e socialismo no século 21**. GT 5, GEPAL. (2021). Disponível em: [https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_vi\\_simposio/artigos\\_vi\\_simposio/GT5\\_educacao/v4\\_francisca\\_G5.pdf](https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_vi_simposio/artigos_vi_simposio/GT5_educacao/v4_francisca_G5.pdf). Acesso em: 11 jun., 2024.

SANTANA, Enzo Vinícius dos Santos. **Relações entre evasão escolar, racismo e linguagem**. 2021. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, (2021). Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2366>. Acesso em: 10 jul., 2024.

SENADO FEDERAL. Pessoas negras são maioria das vítimas de homicídio, revela o Atlas da Violência. Radio Senado. Redação: Alexandre Campos (2024). Duração de áudio: 03:13. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/06/24/pessoas-negras-sao-maioria-da-s-vitimas-de-homicidio-revela-atlas-da-violencia#:~:text=Isso%20significa%20dizer%20que%20a,2%2C8%20negros%20foram%20mortos>. Acesso: 14 jun., 2024.

SILVA, John dos Santos. A importância da Implementação da Lei 13.935/2019 para Efetivação da Lei 10.639. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 8, n. Especial, p. 382-391, (2024). Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/8013>. Acesso em: 10 jul., 2024.

SILVA, Eduardo Cechin da; VIEIRA, Monique Soares. Serviço Social nas escolas públicas: combate ao racismo e sexismo contra estudantes negras. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 234–259, 2025. DOI: 10.46551/rssp202511. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/8153> . Acesso em: 12 mai., 2025.

SOUZA, Kleyne Janne Costa de. COSTA, Taís Lima. SILVA, Marcela Mary José da. **Desigualdades sociais, Opressão e Racismo: Percepção de estudantes do terceiro ano do colégio estadual da Cachoeira**. Artigo/evento VI Seminário centros crise e Mundo do trabalho no Brasil, UECE- Itaperi. (2018). Disponível em: [https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/425-51340-14072018-220614.pdf](https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51340-14072018-220614.pdf). Acesso: 11 de jun., 2024.